PERSPECTIVAS MELHORES

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO de 2018 iniciou com perspectivas mais favoráveis para a economia brasileira. De fato, a inflação fechou o ano passado abaixo de 3%, situando-se significativamente abaixo da meta estabelecida para o ano. Esta queda foi a responsável por cessar o efeito corrosivo da renda real verificado em anos anteriores, quando a inflação chegou a se situar em patamar superior a 10% no acumulado em doze meses em vários momentos. Boa parte da sensação de bem-estar da população em geral em termos econômicos deve-se à cessação desse efeito, ainda que a renda real média do brasileiro esteja significativamente abaixo da verificada antes do início do processo recessivo da nossa economia em 2015. A expressiva queda dos preços dos alimentos no ano passado contribuiu para essa sensação de bem-estar, particularmente nas camadas de renda mais baixa da sociedade.

Aliada a esse fenômeno, a sensível recuperação da atividade econômica brasileira em curso desde o segundo semestre do ano passado tem sido outro fator de alívio relativo neste momento. Depois de cerca de três anos de queda contínua na renda real, a economia brasileira parece apresentar sinais de estabilidade e ensaia um crescimento



SHUTTERSTOCK

em 2018. Esse processo, ao que tudo indica, tem se dado pela retomada, ainda que pequena, do consumo das famílias.

Vale destacar que, ao longo dos últimos anos, verificou-se uma queda na relação do volume de crédito na nossa economia em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Isso indica que atravessamos um período de ajuste do grau de endividamento relativo dos agentes, que diminuíram o tamanho das suas dívidas em face do patamar de renda. Ao longo desse processo, tanto o consumo das famílias quanto os investimentos apresentaram retração, reforçando o processo recessivo verificado nos últimos anos. A retomada do consumo das famílias, ainda que em bases tímidas, parece sinalizar que esse processo já está se encerrando e que os agentes têm adequado o seu endividamento relativo à sua renda. Esse fenômeno pode estar abrindo espaço no orçamento das famílias brasileiras para o consumo.

A queda da taxa de juros promovida pelo Banco Central, que tem promovido uma melhora das condições de crédito na economia, vai no sentido de estimular, também, o aumento do consumo. O ambiente de baixa inflação na nossa economia neste momento sanciona que a retomada da atividade econômica ocorra sem o risco de uma alta de juros no médio prazo. Os economistas mais otimistas apontam para um crescimento de 3,0% a 3,5% em 2018, o que não é impossível em face das sucessivas quedas do PIB verificadas em anos anteriores. No entanto, projeções mais moderadas apontam para um crescimento na ordem de 2% neste ano em relação a 2017.

No entanto, apesar dos sinais positivos verificados na economia brasileira, persiste ainda o grande problema relacionado à questão fiscal. As contas públicas do País seguem desajustadas, especialmente no governo federal. O setor público, mais uma vez, registrou expressivo déficit primário, o que, aliado às despesas de juros, ampliou significativamente o seu grau de endividamento no ano passado.

Esse não seria um grande problema se fosse um ponto isolado em um contexto em que ações de correção de rumo já tivessem sido adotadas. No entanto, pouco ou nada avançou-se no campo fiscal que permitisse lidar com esse problema de forma efetiva.

O maior problema fiscal, no momento, é dado pelo sistema previdenciário, que registra amplo déficit. No contexto atual, sem que ocorra alguma mudança estrutural significativa, esse problema irá se agravar e cada vez mais recursos da sociedade serão drenados para um sistema que guarda várias distorções e privilégios.

A proposta de reforma da previdência enviada pelo Executivo para o Congresso aguarda votação na Câmara dos Deputados. Ainda que esta reforma não corrija inteiramente os problemas do sistema previdenciário brasileiro, a sua aprovação representaria um importante sinal em termos de direcionamento para o equacionamento do problema atual. No entanto, o Governo perdeu o *timing* para a sua aprovação, e será muito difícil que esta seja levada adiante com sucesso em um ano eleitoral. Nesse contexto, o risco imposto pelo desajuste fiscal será ainda maior em 2018. ■